

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 9/2023, em que é recorrente **Amadeu Fortes Oliveira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 6/2024

*(Pedido de declaração de nulidade do Acórdão n.º 1/2024, de 04 de janeiro)*

### I - Relatório

**1. Amadeu Fortes Oliveira**, melhor identificado nos autos de fiscalização concreta da constitucionalidade n.º 09/2023, tendo sido notificado do Acórdão n.º 1/TC/2024, de 4 de janeiro, veio, ao abrigo do disposto nos n.º 2 do artigo 575.º; n.º 1 do artigo 576.º, e ainda ao abrigo das alíneas (al.) c), e d) do n.º 1 do artigo 577.º; alíneas a) e c) do artigo 578.º, todos do CPC, “ex vi” artigo 50º da Lei nº 56/VI/2005 de 28 de fevereiro, Lei da Competência, Organização e Funcionamento do Tribunal Constitucional, (doravante LTC), apresentar o presente incidente pós-decisório a que chama de Reclamação e através do qual suscita, em síntese, as seguintes questões:

**Primeira**, alegada violação do princípio da publicidade da audiência do julgamento que se realizou no dia 12 de dezembro de 2023, por videoconferência, em vez de o ter sido presencial, isto é, com a presença física dos sujeitos processuais, do público e virtualmente, ou seja, através da sala virtual ou via remota;

**Segunda**, alegada recusa de o Tribunal Constitucional tomar conhecimento do mérito da inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, a qual teria sido aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça no Acórdão n.º 137/2023, tendo sido violado o seu direito fundamental ao recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade;

**Terceira**, alegada existência de contradição insanável entre os fundamentos e a decisão no âmbito do Acórdão n.º 1/TC/2024, de 4 de janeiro;

**Quarta**, alegada omissão de pronúncia sobre a inconstitucionalidade da norma hipotética que o Supremo Tribunal de Justiça teria extraído do n.º 4 do artigo 170.º da Constituição conjugada com os artigos 40.º e 42.º, al. h) da Lei sobre a organização, competência e funcionamento dos tribunais judiciais, na parte que se refere à composição e funcionamento do Tribunal da Relação de Barlavento para a prática de atos processuais durante a audiência contraditória preliminar, tendo como arguido um deputado à Assembleia Nacional.

Termina o seu longo arrazoador, pedindo ao Tribunal Constitucional que reconheça omissões e inconstitucionalidades, esclareça dúvidas, obscuridades, declare nulidades, consoante os casos, e, conseqüentemente, a nulidade do Acórdão n.º 1/TC/2024, de 4 de janeiro.

2. Após a junção do requerimento da Reclamação aos autos, abriu-se conclusão e o Juiz Conselheiro Relator proferiu um despacho em que submeteu ao Venerando Juiz Conselheiro Presidente o pedido para que fosse designada uma data para apreciação e decisão sobre a pretensão do reclamante.

3. No dia 16 de janeiro de 2024, às 15:00, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em sessão plenária, proferiram a decisão fundamentada nos termos que se sequeem.

## **II. Fundamentação**

4. O conhecimento do mérito das quatro questões indicadas no relatório precedente está condicionado à prévia verificação dos pressupostos gerais de admissibilidade do presente incidente pós-decisório, a saber: a competência, a legitimidade e a tempestividade. E, seguidamente, verificar as condições especiais que serão indicadas e avaliadas segundo os critérios legais já densificados por esta Corte, nomeadamente através do Acórdão n.º 47/2021, de 13 de outubro (proferido nos autos de processo de fiscalização concreta da constitucionalidade Alex Saab v. STJ, referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos).

#### 4.1. Competência

Genericamente, o Tribunal Constitucional é competente nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 575.º; n.º 1 do artigo 576.º, e ainda ao abrigo das als. c), e d) do n.º 1 do artigo 577.º; als. a) e c) do artigo 578.º, todos do CPC, “*ex vi*” artigo 50º da Lei nº 56/VI/2005 de 28 de fevereiro – LTC.

#### 4.2. Legitimidade

Apesar de o reclamante ser recorrente no processo de fiscalização concreta da constitucionalidade n.º 09/2023 e ter depositado o presente incidente pós-decisório depois de ter sido notificado do Acórdão n.º1/2024, de 4 de janeiro, que julgou improcedentes os seus pedidos de declaração de inconstitucionalidade e ilegalidades das normas hipotéticas que indicara, no caso em apreço, não é líquido que lhe assista legitimidade ativa para reclamar e pedir ao Tribunal Constitucional que reconheça e declare a nulidade do ato de realização da audiência pública do julgamento do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, por ter sido feita por videoconferência em vez de o ter sido efetuado também presencialmente.

Desde logo porque assumiu no processo comportamento que se traduziu em ter requerido expressamente a realização da audiência pública de julgamento a que se refere o artigo 92.º da Lei do Tribunal Constitucional, tendo também concordado com o pedido feito pelo Ministério Público nesse sentido, para, depois de o Presidente ter decidido realizar o julgamento público por videoconferência, vir adotar uma conduta radicalmente oposta, o que poderia configurar uma violação da regra da boa-fé processual objetiva na sua modalidade de “*venire contra factum proprium*” decorrente da norma do n.º 1 do artigo 8.º do Código de Processo Civil, o qual, sob a epígrafe - *Dever de boa-fé processual, estabelece que as partes têm o dever de agir de boa-fé e usar uma conduta processual correta, ...*”aplicável *ex vi* artigo 50.º da LTC.

A boa-fé constitui uma norma de conduta que deve ser observada por todos os intervenientes nas relações processuais.

A boa-fé objetiva estabelece as balizas de atuação de todos os que participam na relação jurídica processual, impondo uma conduta proba e leal.

Por conseguinte, o *ne venire contra factum proprium* visa impedir o exercício de um direito em razão do seu titular ter adotado um comportamento contrário anterior e reforça a proteção da confiança adquirida a partir dos comportamentos dos intervenientes ou sujeitos ou partes processuais.

Senão vejamos:

No dia 28 de novembro de 2023, marcou-se para o dia 12 de dezembro de 2023 a realização da audiência pública de julgamento do processo de fiscalização concreta da constitucionalidade n.º 09/2023, na sede do Tribunal. Contudo, considerando, nomeadamente, a comodidade que poderia haver para os intervenientes processuais, concretamente para se evitar deslocações físicas à sede do Tribunal e o interesse público que poderia levar a que mais pessoas tivessem interesse em acompanhar a audiência a partir de qualquer ponto do território nacional permitiu-se que se requeresse a sua realização através de plataforma de videoconferência,

Nesta senda, o Senhor Procurador-Geral da República no dia 30 de novembro requereu que a sessão se realizasse por videoconferência, tendo o Presidente, a quem cabe marcar a audiência, no dia seguinte, determinado a notificação do recorrente para se pronunciar, querendo. Este, em resposta datada de 5 de novembro, não só disse concordar com a proposta, como reforçou-a, fazendo um pedido autónomo com o mesmo sentido (“a defesa requer que o mesmo seja realizado por videoconferência conforme anteriormente requerido pelo MP”);

Por esta razão, o Presidente deslocou a sessão de meio presencial para meio virtual, como tem sido prática desta Corte, através de despacho de 6 de dezembro, que continha a seguinte formulação “1. Considerando 1.1. O pedido formulado por Sua Ex<sup>a</sup>. o Senhor Procurador-Geral da República e autuado a f. 4583 no sentido de que a audiência a que se refere o artigo 92.º da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, se realize por videoconferência, conforme possibilidade aberta pelo despacho de f. 4580 subscrito por este que aqui também assina; e 1.2. Que a defesa manifestou a sua concordância com pedido supramencionado e também requereu que a audiência se realizasse do mesmo modo, 2. Decide-se que: 2.1. A audiência será realizada por videoconferência no dia e horário previamente marcados; 2.2. Deverá a Secretaria

disponibilizar com a devida antecedência, e como tem sido habitual, a chave de acesso à sala virtual a todos os intervenientes processuais que nela hajam de intervir, assim como ao público interessado em acompanhá-la, neste caso através dos canais habituais de divulgação física e eletrónica de sessões públicas do Tribunal Constitucional”.

Portanto, que a audiência de julgamento seria realizada por videoconferência era patente desde o dia 6 de dezembro, não dando qualquer dos despachos margem a interpretação no sentido de que a sessão seria realizada presencialmente e por videoconferência, até porque neste caso, não seria caso de realização de audiência por videoconferência, mas sim de realização de audiência presencial e nesta situação haveria que contar com a presença de todos os sujeitos processuais, incluindo o mandatário do recorrente e com transmissão digital.

Não há outra forma de interpretar o despacho a não ser que a sessão seria realizada por videoconferência e não na sede do Tribunal.

A suscitação da questão pelo recorrente pode configurar uma violação dos deveres de boa-fé que a lei processual impõe, insurgindo-se contra a concessão do seu próprio pedido e manifestação preliminar de vontade, o que poderia comprometer a sua legitimidade para suscitar a questão sobre a realização do julgamento por videoconferência. Pois, pelo seu comportamento colocou-se numa situação em que perderia a legitimidade de reclamar por ter aceitado a decisão da materialização da audiência pública através da videoconferência, para, depois, contestá-la, adotando uma atitude incompatível com a sua vontade anteriormente manifestada e com os padrões de confiança entre os sujeitos processuais.

Portanto, a sua legitimidade para arguir nulidade processual de ato que requereu é extremamente duvidosa.

#### **4.3 Tempestividade**

Relativamente ao momento em que o reclamante apresentou o presente incidente pós-decisório na Secretaria do Tribunal Constitucional, no geral, observou o prazo de cinco dias de que dispunha para o fazer, tendo em conta o disposto no artigo 145.º do Código de Processo Civil, aplicável ao caso em apreço por força do artigo 50.º da LTC. Ora, tendo o seu mandatário sido notificado do Acórdão n.º 1/2024, no dia 04 de janeiro de 2024 e o seu

requerimento dado entrado na Secretaria do Tribunal Constitucional, no dia 11 do mesmo mês e ano, cumpriu o prazo, atendendo ao disposto na supracitada norma do CPC, segundo a qual:

*“1. É de cinco dias o prazo para as partes requererem qualquer ato ou diligência, argüirem nulidades, deduzirem incidentes ou exercerem qualquer outro poder processual, na falta de prazo especial.”*

No que se refere ao momento processual em que a questão da alegada violação do princípio da publicidade do julgamento que se realizou no dia 12 de dezembro de 2023, por videoconferência, em vez de o ter sido, simultaneamente, presencial, isto é, com a presença física dos sujeitos processuais, do público e virtualmente, ou seja, através da sala virtual ou via remota, coloca-se o problema de tempestividade, pelas seguintes razões:

No dia 28 de novembro de 2023 marcou-se audiência na sede do Tribunal. Contudo, considerando, nomeadamente, a comodidade que poderia haver para os intervenientes processuais, concretamente para se evitar deslocações físicas à sede do Tribunal e o interesse público que poderia levar a que mais pessoas tivessem interesse em acompanhar a audiência a partir de qualquer ponto do território nacional, permitiu-se que se requeresse a sua realização através de plataforma de videoconferência.

Nesta senda, o Senhor Procurador-Geral da República no dia 30 de novembro requereu que a sessão se realizasse por videoconferência, tendo o Presidente, a quem cabe marcar a audiência, no dia seguinte, determinado a notificação do recorrente para se pronunciar em querendo. Este, em resposta datada de 5 de novembro, não só disse concordar com a proposta, como reforçou-a, fazendo um pedido autónomo com o mesmo sentido (“a defesa requer que o mesmo seja realizado por videoconferência conforme anteriormente requerido pelo MP”);

Por esta razão, o Presidente deslocou a sessão de meio presencial para meio virtual, como tem sido prática desta Corte, através de despacho de 6 de dezembro, que continha a seguinte formulação “1. Considerando 1.1. O pedido formulado por Sua Ex<sup>a</sup>. o Senhor Procurador-Geral da República e autuado a f. 4583 no sentido de que a audiência a que se refere o artigo 89.º da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, se realize por videoconferência, conforme possibilidade aberta pelo despacho de f. 4580 subscrito por este que aqui também assina; e 1.2. Que a defesa manifestou a sua

concordância com pedido supramencionado e também requereu que a audiência se realizasse do mesmo modo, 2. Decide-se que: 2.1. A audiência será realizada por videoconferência no dia e horário previamente marcados; 2.2. Deverá a Secretaria disponibilizar com a devida antecedência, e como tem sido habitual, a chave de acesso à sala virtual a todos os intervenientes processuais que nela hajam de intervir, bem assim como ao público interessado em acompanhá-la, neste caso através dos canais habituais de divulgação física e eletrônica de sessões públicas do Tribunal Constitucional”.

Portanto, que a audiência de julgamento seria realizada por videoconferência era patente desde o dia 6 de dezembro, não dando qualquer dos despachos margem a interpretação no sentido de que a sessão seria realizada presencialmente e por videoconferência, até porque neste caso, não seria caso de realização de audiência por videoconferência, mas sim de realização de audiência presencial e nesta situação haveria que contar com a presença de todos os sujeitos processuais, incluindo o mandatário do recorrente e com transmissão digital.

Por conseguinte, não há outra forma de interpretar o despacho a não ser que a sessão seria realizada por videoconferência e não na sede do Tribunal, como efetivamente aconteceu, tendo nela tomado parte o mandatário do ora reclamante, produzindo alegações orais, sem que tivesse suscitado qualquer irregularidade no modo como se realizou a audiência pública.

Dito isto, a conclusão óbvia é que a pretensa nulidade que só veio suscitar na peça em que apresentou Reclamação, já era do seu conhecimento, pelo menos, desde o dia 12 de dezembro de 2023.

Tendo deixado transcorrer um período de quase trinta dias para vir suscitá-la no dia 11 de janeiro de 2024, fê-lo absolutamente fora do prazo a que se refere o n.º 2 do artigo 145.º do CPC.

Portanto, não se pode admitir para ser conhecida no mérito a questão sobre a alegada violação do princípio da publicidade da audiência, por sua manifesta extemporaneidade, apesar de ser uma matéria interessante relativamente à qual o Tribunal Constitucional poderia emitir orientações suscetíveis de esclarecer muitos equívocos constantes das alegações e dos pedidos formulados pelo reclamante.

5. Procede-se, de seguida, ao escrutínio dos pressupostos especiais ou condições de cognoscibilidade das três questões que ultrapassaram as barreiras relativas aos pressupostos gerais.

Contudo, o Tribunal Constitucional somente aprecia as alegações que se referem claramente a causas de nulidade previstas pelo processo civil, de acordo com a sua aceção natural e nos termos dos seus requisitos inerentes, interpretados e ajustados conforme a natureza própria do processo constitucional, na medida em que aquele é desenhado, como o Tribunal já tinha entendido, para dar vazão a pretensões meramente subjetivas ao passo que este é composto também por uma dimensão objetiva de defesa da Constituição e do seu regime de proteção de direitos. Por isso, desde sempre, assentou entendimento de que “qualquer recurso ao Código de Processo Civil além de pressupor um vazio regulatório nos diplomas que regulam o processo constitucional, depende de uma necessária adaptação à natureza pública do processo constitucional e aos valores constitucionais que persegue” (Acórdão n.º 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, Pedido de Desistência, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 27, de 16 de maio de 2017, pp. 659- 668), 3.1.2).

**5.1.** Para tentar sustentar a questão relativa à alegada recusa de se tomar conhecimento do mérito da inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, a qual teria sido aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça no Acórdão n.º 137/2023, tendo sido violado o seu direito fundamental ao recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, o reclamante repete à exaustão tudo quanto tinha alegado ao longo do processo, como se o incidente pós-decisório fosse um meio idóneo para se impugnar o mérito de decisões proferidas em última instância pelo Tribunal Constitucional no âmbito dos recursos constitucionais, seja em recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, seja em recurso de amparo constitucional.

Quis o reclamante transmitir a impressão de que ficou surpreendido com o Acórdão n.º 1/2024, de 4 de janeiro, na parte em que não tomou conhecimento da questão relativa à alegada inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, quando refere que, não obstante ter, desde o início suscitado essa questão e a mesma ter sido admitida *a ser submetida a Julgamento, apreciação e decisão do TC, tal como ficou exarado nos pontos IV e V das páginas 5 a 8 do “Memorando de Questões a Resolver”*, proferida pelo Venerando Juiz relator Dr. João



*Pinto Smedo, só que, agora, em sede do Acórdão nº01/TC/2024, de 04 de Janeiro de 2024, o coletivo de Juízes vieram recusar apreciar e decidir sobre as inconstitucionalidades, ilegalidades constante dessa resolução nº03/X/2021, da Comissão Permanente e que foi aplicada ao longo de toda a fase inicial do processo tanto pela TRB como pelo STJ, com o argumento que o próprio tribunal Constitucional já havia apreciado e decidido sobre essa mesma resolução, através do Acórdão 17/TC/2023, proferido no âmbito de um outro processo, - Autos de Recurso de Fiscalização absoluta sucessiva nº01/TC/2023, interposto por um grupo de 15 Deputados Nacionais, impugnando essa mesma resolução.*

É absolutamente falso que o Tribunal Constitucional se tenha recusado apreciar e decidir sobre as inconstitucionalidades, ilegalidades constante da Resolução n.º 03/X/2021, da Comissão Permanente, porque já o havia apreciado e decidido através do Acórdão n.º 17/TC/2023, proferido no âmbito dos Autos de Recurso de Fiscalização absoluta sucessiva nº01/TC/2023, interposto por um grupo de 15 Deputados Nacionais.

Primeiro, porque a questão não foi conhecida porque a norma que o recorrente construiu que ia no sentido de pedir que o Tribunal declarasse a inconstitucionalidade da Resolução da Comissão Permanente como se esta tivesse sido aplicada pelo órgão judicial recorrido, a qual não foi. Esta é a *ratio decidendi* do acórdão que não admitiu conhecer no mérito a norma hipotética. Muito diferente da que tenta agora repescar no prolongamento, quando se mostrou inábil a fazê-lo no momento certo, para vir atacar a interpretação que o Tribunal Constitucional fez da disposição constitucional que inequivocamente estabelece, independentemente de qualquer comentário doutrinário baseado no direito estrangeiro, os efeitos de qualquer decisão tomada pelo Tribunal Constitucional em sede de fiscalização sucessiva, abstrata ou concreta.

O que o recorrente está a desafiar por alegada inconstitucionalidade, baseada em direito fundamental subjetivo de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade que não existe, é um pronunciamento do Tribunal ou quando muito um fundamento subsidiário, como tal formulado hipoteticamente, no sentido de que “ainda que o recorrente tivesse logrado construir uma norma hipotética sobre esta questão (...)”, formulando o seu entendimento sobre a sua não-inconstitucionalidade por força da interpretação que o TC adotou e mantém a respeito do artigo 284.º.

Não se encontra nenhuma utilidade em se pronunciar sobre esse segmento impugnatório, na medida em que sequer pode ser considerado como a razão decisória. Por outro lado, baseado em argumentação inexistente de que tal entendimento do TC violaria um suposto direito fundamental ao recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, que não se consegue identificar como e de onde o extrai. Pois, até onde se sabe, a norma que prevê esse tipo de recurso constitucional é construída de forma objetiva, integrando complexo normativo que inclui, igualmente, o artigo 284.º, o qual, mesmo na hipótese académica de se tratar de direito subjetivo, sempre teria de ser considerado um limite originário ao mesmo.

Por fim, que o recorrente está a desafiar é a validade da norma constitucional e logo a decisão soberana do poder constituinte e partir de argumentos extraídos de um ordenamento jurídico estrangeiro cuja Lei Fundamental não tem nenhuma cláusula como o artigo 284.º e sem levar em conta as particularidades do regime de efeitos de decisões prolatadas em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade no direito cabo-verdiano, em área na qual, quer queira, quer não, o Tribunal Constitucional profere a última palavra em termos de interpretação.

Como o Tribunal Constitucional já tinha dito no Acórdão n.º 50/2022, de 22 de dezembro (Autos de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade 4/2021, Aniceto dos Santos v. TRS, sobre inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 12 do CPP na exata aceção segundo a qual o juiz que aplica medida de coação de prisão preventiva não está impedido, no respetivo processo, de participar do julgamento do arguido), quando asseverou que *“[a] pesar de não ser a primeira vez em que a Corte Constitucional é confrontada com esse tipo de argumento estruturalmente sobranceiro, ancorado numa autoridade externa à Constituição Nacional, desta vez o grau de manifestação dessa tendência, talvez por algum descuido de linguagem, atingiu padrões que se abeiram de um neocolonialismo intelectual autoimposto, que é mais grave ainda por atrair o Tribunal Constitucional a executar uma argumentação que reduz a autoridade do nosso Parlamento e dos nossos tribunais judiciais, passando-lhes um atestado de menoridade generalizado. Naturalmente, não seria o Tribunal Constitucional a acolher uma tendência paroquial e fechada do Direito Constitucional de rejeição de doutrina e jurisprudências estrangeiras. Especialmente a que se refere a conceitos jurídicos consolidados, a questões teóricas estruturais, na dimensão que puderem invocar um estatuto dogmático, é sempre bem-vinda e pode constituir-se num auxiliar de aproximação a questões jurídicas complexas,*

*sobretudo nos casos em que a origem de certos institutos se localiza no ordenamento jurídico do académico ou do tribunal que as expõe, o mesmo ocorrendo com a que interpreta normas cuja redação seja substancialmente idêntica às que integram o ordenamento jurídico cabo-verdiano. No mesmo sentido, este Coletivo não teria qualquer problema em considerar jurisprudência estrangeira no processo de formação das convicções dos juízes que o integram, desde que ela seja persuasiva e se destine a interpretar institutos e normas com configurações similares às cabo-verdianas”, o que, manifestamente, não se verifica no caso em apreço.*

Por tudo o que fica exposto, consideram-se improcedentes as alegações de que o Tribunal Constitucional se recusou a tomar conhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, a qual teria sido aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça no Acórdão n.º 137/2023, tendo sido alegadamente violado o seu direito fundamental ao recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

**5.2.** Quanto às nulidades elas devem decorrer de ilegalidades, serem como tais cominadas pela lei, ou influírem decisivamente no exame da lide constitucional e na decisão, vulnerando direito subjetivo de interveniente processual, conforme orientações nesse sentido vertidas para o Acórdão n.º 47/2021, de 13 de outubro ( Alex Saab v. STJ, referente a Arguição de Nulidade do Acórdão n.º 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos)

Para o reclamante, o Acórdão n.º 1/TC/2024 padeceria de vícios geradores de nulidade por alegada existência de contradição insanável pelo facto de Juízes que, no âmbito do Acórdão n.º 27/2017, de 14 de dezembro, emitiram as respetivas posições, em votos separados, sobre a não existência de costume contra a Constituição, terem manifestado posições opostas, admitindo a sua existência, quando o Tribunal Constitucional proferiu o Acórdão n.º 17/TC/2023, e, por alegadamente o Tribunal Constitucional ter adotado como fundamento para julgar improcedente a inconstitucionalidade da norma hipotética sobre a composição e funcionamento do Tribunal da Relação de Barlavento interpretações que não têm a mínima correspondência com a letra da lei.

Como ficou expresso no Acórdão n.º 47/2021, de 13 de outubro ( Alex Saab v. STJ, referente a Arguição de Nulidade do Acórdão n.º 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas

nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos), *a possibilidade de declaração de nulidade por contradição entre o fundamento e a decisão limita-se aos casos em que, de forma consistente, através das razões de decidir e a argumentação expostas pelo Tribunal, a decisão aponta para um sentido inequívoco e é lavrada em sentido diferente. Não é causa que derive de contradições entre segmentos diferentes da fundamentação, de deficiências ou insuficiências de fundamentação e muito menos de erros de julgamento, divergência com a doutrina, com a jurisprudência de outros tribunais ou com a do próprio Tribunal Constitucional. Portanto, refere-se a uma inconsistência estrutural grave e clara entre as razões expostas para decidir e a própria decisão, o que deve ser cabalmente demonstrado por quem a alega.*

O que se verifica no caso em apreço é que, na primeira situação, o reclamante considera que o acórdão reclamado padeceria de nulidade porque teria havido uma contradição insanável entre os fundamentos e a decisão decorrente de duas decisões anteriores em que juízes do Tribunal Constitucional teriam manifestado posições alegadamente contraditórias sobre a existência de costume contra a Constituição. Essa situação, ainda que existisse, de facto, não constituiria contradição insanável que pudesse determinar a nulidade do Acórdão n.º 1/2024, de 4 de janeiro, desde logo porque seria configurável como alteração de posição de integrantes do Tribunal manifestada em votos singulares e que não atingiriam a validade do acórdão como decisão do Coletivo. Por outro lado, seria uma hipotética contradição entre o fundamento e a decisão que teria ocorrido em outras decisões tomadas em processos diferentes. Uma outra razão para a improcedência dessa alegação é que no acórdão reclamado em nenhum momento se invocou qualquer modalidade de costume como fundamento decisório.

Já em relação à segunda situação, isto é, nulidade por alegadamente o Tribunal Constitucional ter adotado como fundamento para julgar improcedente a inconstitucionalidade da norma hipotética sobre a composição e funcionamento do Tribunal da Relação de Barlavento interpretações que não têm a mínima correspondência com a letra da lei, o que reclamante está a tentar contrapor não seria uma alegada discordância entre o fundamento e a decisão, mas, antes, entre uma técnica de interpretação, esta, sim, destinada a facilitar a extração de uma fundamentação, e a decisão.

O Tribunal Constitucional, na decisão que proferiu, não considerou legal e constitucional “restringir” o que quer que seja. Limitou-se a considerar que a norma hipotética construída pelo recorrente não era inconstitucional.

A forma como o reclamante constrói esta reação pós-decisória denota alguma confusão sobre a natureza do recurso de fiscalização concreta, na medida em que, inconformado com a decisão do Tribunal Constitucional, ataca o próprio mérito da decisão, contrariando a própria razão de pedir que seria uma suposta contradição, parecendo articular alegações assentes no facto de que esta Corte cometeu erros de julgamento e que disso resultou violada a Constituição. Num contexto em que o Tribunal não aplicou as normas que o reclamante entende serem lesivas de direitos, simplesmente verificou se a que foi aplicada pelo órgão judicial recorrido padecia ou não de vício de inconstitucionalidade normativa.

Pelo exposto, consideram-se improcedentes as alegações de que o Acórdão n.º 1/2024, de 4 de janeiro, padece de contradição insanável entre os fundamentos e a decisão.

**5.3.** Finalmente, o acórdão reclamado seria nulo por padecer de omissão de pronúncia relativamente à composição e funcionamento do Tribunal da Relação para a prática dos atos judiciais, desde a realização da audiência contraditória preliminar até ao proferimento do despacho de pronúncia, questão que o Tribunal Constitucional deveria conhecer, mas está estaria omissa no Acórdão n.º 1/TC/2024.

Esta alegação, aliás, como as demais, mostra-se desprovida de sentido.

Primeiro, porque, nenhuma obrigação tem o Tribunal de se pronunciar sobre a questão genérica da composição de tribunais da relação. Incumbia-lhe apreciar somente se a norma hipotética que foi aplicada sobre esta matéria seria inconstitucional ou não.

Segundo, porque, o recorrente que leu tão atentamente o acórdão e ataca o mérito da decisão, ignorou que o tribunal decidiu não declarar a inconstitucionalidade da norma hipotética aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça no exato sentido de que o deputado só tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal de segunda instância, isto é, o tribunal na fase de julgamento, mas não nas fases de instrução e de ACP, por não configurar qualquer violação da garantia do deputado prevista no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV. Esta é, pois, a conclusão óbvia e cristalina a que se chega quando se lê o parágrafo único do n.º 2 da parte dispositiva do

Acórdão n.º 1/2024, de 4 de janeiro, a qual nada mais é do que uma síntese da fundamentação constante de fls. 87 a 89 do Acórdão n.º 1/2024, de 04 de janeiro.

Improcedente, pois, a alegação sobre a omissão de pronúncia relativamente à composição e funcionamento do Tribunal da Relação para a prática dos atos judiciais, desde a realização da audiência contraditória preliminar até ao proferimento do despacho de pronúncia.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem:

1. Julgar improcedente o pedido de declaração de nulidade do Acórdão n.º 1/2024, de 04 de janeiro.
2. Condenar o reclamante a pagar custas que se fixam em 20.000\$00CV (vinte mil escudos), ao abrigo dos números 3 e 4 do artigo 94.º da Lei do Tribunal Constitucional e 127.º do Código de Custas Judiciais, aplicados com as devidas adaptações em função da natureza constitucional e especial do processo de fiscalização concreta da constitucionalidade.

Registe, notifique e publique.

Praia, 18 de janeiro de 2024

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 18 de janeiro de 2024.

O Secretário,

*João Borges*